PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/14

Concede a Medalha Maria Quitéria a Alice Mazzuco Portugal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Medalha Maria Quitéria a Alice Mazzuco Portugal.

Art. 2º - A Mesa da Câmara Municipal fica autorizada a providenciar a entrega da referida Honraria em Sessão Solene, previamente marcada e convocada para este fim.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março de 2014.

ALADILCE SOUZA

JUSTIFICATIVA

Alice Mazzuco Portugal, brasileira, mãe, nascida em Salvador em 16 de maio de 1959, iniciou sua militância política na luta contra o regime autoritário, no seio do movimento estudantil. Esteve à frente do Diretório Acadêmico Ferreira Gomes, da Faculdade de Farmácia da UFBA entre os anos de 1977 a 1981 e dirigiu o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da mesma universidade. Como líder estudantil, teve importante participação na reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Filia-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1979. Após a sua formação como Farmacêutica Bioquímica, foi aprovada por concurso para o Hospital Universitário Professor Edgard Santos, da mesma universidade. Militante sindical de destaque, foi diretora da ASSUFBA, FASUBRA e foi a primeira mulher a integrar a Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores.

Em 1995, eleita deputada estadual pelo PCdoB para o período de 1995 a 1998, obteve 14.059 votos. Recebeu, neste período, todos os troféus conferidos pelo Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa da Bahia

aos parlamentares que se destacaram. Nessa legislatura, foi agraciada com o Troféu Ruy Barbosa como "Melhor Parlamentar da Legislatura".

Reeleita para o parlamento baiano com 27.675 votos para o período de 1999 a 2002, destacou-se como Líder do Bloco da Oposição, mais uma vez premiada pelo Comitê de Imprensa nos anos de 1999 e 2000. Foi titular da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa da Bahia, com atuação destacada em defesa da escola pública e dos profissionais do ensino.

Participou, durante os dois mandatos, de diversas comissões temáticas como a presidência da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher, por dois anos consecutivos, realizando neste período o I e II "Encontro sobre Mulher e Política na Bahia".

Ainda na Assembleia Legislativa, exige a abertura de diversas CPI´s, como as que investigam as fraudes no SUS e Fundef, a extinção do IAPSEB, as irregularidades do Planserv, o rombo do SAC e prostituição infanto-juvenil na Bahia. Denuncia os processos de privatização da Coelba, do Baneb, de hospitais públicos e a extinção da Bahiafarma. Propõe a recriação da Fundação Baiana de Amparo à Pesquisa (FAPESB) e a criação do Conselho Estadual do Direito da Mulher. Rebela-se contra toda opressão aos negros, índios e mulheres. Representa com altivez a luta dos professores, estudantes, profissionais de saúde, das mulheres e servidores públicos.

Em 2002, foi eleita deputada federal com 121.043 votos, a terceira maior votação de Salvador e a décima maior votação do Estado. Nesse período, passa a integrar as Comissões Permanentes de Educação, Cultura e Desporto; Políticas Públicas para a Juventude; Trabalho, Administração e Serviço Público; Turismo e Desporto e a CPI contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Reeleita em 2006, passa a compor, como titular, a Comissão de Educação e Cultura e a suplência da Comissão de Seguridade Social e Família. A sua atuação priorizou os projetos relacionados à educação e à saúde, aos direitos dos trabalhadores, ao fortalecimento do serviço público, além dos direitos da mulher. Foi uma das principais articuladoras para a aprovação da Lei Maria da Penha e também coordenadora da bancada feminina, num período em que se consagraram direitos importantes, como percentuais de participação feminina na atividade política dos partidos e no funcionamento da Câmara dos Deputados com o reconhecimento da coordenadoria da bancada feminina.

Em 2010, após ser incluída entre os 100 mais influentes do Congresso Nacional pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), reelegeu-se para sua terceira legislatura com 101.588 votos. Em Salvador, conquistou a sexta maior votação entre os deputados federais,

com 46.115 votos, sendo a única mulher eleita para representar a Bahia na Câmara dos Deputados.

Em 2011, é apontada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como "parlamentar em ascensão" e em 2012 é indicada pela mesma instituição como um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Ainda em 2012, é destacada pelo PCdoB para concorrer à Prefeitura Municipal de Salvador.

A sua atuação destacada no Congresso a alçou, mais uma vez, em 2013, ao seleto grupo dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Como reconhecida militante nas áreas de educação, direitos da mulher, do trabalhador, da criança e do servidor público, atualmente ocupa os cargos de presidenta da Comissão de Cultura; titular da Comissão de Educação e das seguintes Comissões Especiais: Plano Nacional de Educação (PNE); artigos ainda não regulamentados pela Constituição de 1988 (CECONST); Medidas Socioeducativas (PL7197/02); perda de mandato por voto aberto nos casos que especifica (PEC196/12); qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção (PL 7420/06) e Subcomissão Especial para avaliar a Saúde do Trabalhador (SUBASTRA). Como suplente, integra as Comissões de Cultura (CCULT); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); da criação do emprego público de Agente de Combate às Endemias (PL7495/06) e a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil (CPITRAB).

Em sua trajetória parlamentar, consolidou-se ainda como defensora do fomento à cultura, o que lhe valeu a presidência da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados em 2014. Foi relatora da Lei do Audiovisual, da lei que criou o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e da criação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e é relatora do PL que cria a Universidade Federal da Chapada Diamantina (UFCD). Na educação, é uma destacada agente da expansão e interiorização do ensino técnico profissionalizante e do ensino superior público e gratuito.

Reconhecida como defensora dos direitos do servidor público, foi indicada, mais uma vez, em 2013, para presidir a Frente Parlamentar da Polícia Rodoviária Federal. É também dirigente da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público e da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica, além das Frentes em Defesa da Educação e dos Hospitais Universitários e da Cultura.

Diante da importância do seu trabalho, especialmente nas áreas de educação, direitos da mulher, do trabalhador, da criança e do servidor público, é que propomos a presente Honraria e esperamos contar com o apoio dos edis para sua aprovação.

Sala das Sessões, 18 de março de 2014.

ALADILCE SOUZA